



Estado de Santa Catarina

Município de Vargem Bonita

Parecer Jurídico

Vargem Bonita, 20 de setembro de 2023.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA. ATA CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 065/2023. TERMO ADITIVO. EXISTÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. ARTIGO 65, I E § 1º DA LEI N. 8.666/93. POSSIBILIDADE.

I. Relatório

A Administração Municipal de Vargem Bonita realizou Processo Licitatório que gerou o Contrato Administrativo n. 065/2023. O fiscal municipal solicitou elaboração de termo aditivo de supressão de valores, conforme documentação anexa.

A questão que se coloca para este parecer é sobre a possibilidade de ser feito termo aditivo ao referido contrato. A matéria será enfrentada com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

II. Fundamentos Jurídicos

A possibilidade jurídica de ser feito aditivo de contrato administrativo encontra-se prevista no art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93:

Da Alteração dos Contratos

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços



Estado de Santa Catarina

Município de Vargem Bonita

ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

I - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Portanto, pode ser formalizado termo aditivo de até 25% do valor atualizado do contrato, isso unilateralmente pela Administração Pública, sempre havendo justificativa e dotação orçamentária.

No caso dos autos, descreveu-se a necessidade de supressão no objeto do contrato, tendo a sua necessidade avaliada pelo Fiscal Municipal (parecer anexo).

III. Considerações Finais

O parecer desta Assessoria Jurídica é pela possibilidade de ser efetivado o referido termo aditivo no Contrato Administrativo n. 065/2023, desde que comprovada a necessidade descrita na justificativa emitida e no parecer técnico do fiscal, nos termos do art. 65, I e §1º da Lei Federal n. 8.666/93.

É o Parecer que submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.



Estado de Santa Catarina
Município de Vargem Bonita

GUSTAVO HENRIQUE PERIN
Assessor Jurídico
OAB/SC 45.267